

- . Acesso ilimitado, pelo prazo de 1 (um) ano, a todos os 5.000 cursos online disponíveis, além dos que são lançados diariamente!
- . Visualizações ilimitadas para você estudar quando e como quiser!



4007-2501 Capitais e regiões metropolita (valor de uma ligação local)

0800-607-2500

Demais localidades

PREPARE-SE EM SUA CASA COM QUEM MAIS APROVA EM CONCURSOS PÚBLICOS

- . Mais de 22.000 videoaulas sob demanda.
- 5.000 cursos por pacote, por matéria ou extensivos.
- . 26 anos de tradição em concursos.

DIFERENCIAIS EXCLUSIVOS:

- "Espaço do aluno" (moderno e prático);
- Material didático da Editora Gran Cursos;
- Acesso a um banco com + de 170.000 questões;
- Simulados online corrigidos em tempo real;
- Ranking de notas;
- Indicadores sobre a sua preparação;
- Monitor de desempenho;
- Recursos para anotações;
- Certificação gratuita;
- Compatível com iOS, Android e Windows Phone;
- Parcelamento em até 12x sem juros.



www.grancursosonline.com.br



NO ALVO: 10 DICAS PARA A SUA PROVA





Lei Complementar n. 53/2006 (Prof. Fábio Lúcio)

Dica 1 O Comando Geral da Polícia Militar — constituído pelos órgãos de direção geral — realiza o comando, a gestão, o planejamento estratégico e a correição, visando à organização e o emprego da corporação para o cumprimento de suas missões, acionando — por meio de diretrizes e ordens — os órgãos de direção intermediária ou setorial, de apoio e de execução, supervisionando, coordenando, controlando e fiscalizando a atuação desses órgãos.



Declaração Universal dos Direitos Humanos (Prof. Luciano Favaro)

Dica 2 A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948, através da Resolução 217-A. Nela, estão previstos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais. Um desses direitos é o de asilo, segundo o qual toda pessoa — vítima de perseguição — tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países. No entanto, esse direito não pode ser invocado em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos propósitos e princípios das Nações Unidas



Direito Constitucional (Prof. Wellington Antunes)

Dica 3 Nos termos da Constituição Federal, as funções de confiança — exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo — e os cargos em comissão — a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei — destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.



Direito Administrativo (Prof. Rodrigo Cardoso)

Dica 4 Não se esqueça que o Poder de Polícia possui três atributos: discricionariedade, autoexecutoriedade e coercibilidade. Desse modo, a atuação da polícia administrativa será discricionária quando o agente — ao praticar o ato — tiver a prerrogativa de avaliar a oportunidade e a conveniência de sua prática. A autoexecutoriedade gera a possibilidade do ato ser praticado sem autorização judicial. Por fim, pela coercibilidade, as medidas de polícia são impostas de maneira coativa.



Constituição do Estado do Pará (Prof. Ismael Noronha)

Dica 5 O militar em atividade, que tomar posse em cargo ou emprego público civil permanente, será transferido para a reserva, nos termos da lei, conforme o art. 45, § 4°:

"O militar da ativa que, de acordo com a lei, tomar posse em cargo, emprego ou função pública civil temporária, não eletiva, ainda que da administração indireta, ficará agregado ao respectivo quadro e somente poderá, enquanto permanecer nessa situação, ser promovido por antiguidade, contando-se o tempo de serviço apenas para aquela promoção e transferência para a reserva, sendo depois de dois anos de afastamento, contínuos ou não, transferido para a reserva, nos termos da lei".



Penal Militar (Prof. Flávio Milhomem)

Dica 6 Recentemente, o STM confirmou a competência da Justiça Militar da União para o julgamento dos militares das Forças Armadas acusados de crimes dolosos contra a vida (homicídio, aborto, infanticídio e auxílio ao suicídio); no entanto, em nível estadual, quando praticados por policiais ou bombeiros militares, esses mesmos crimes são competência da Justiça Comum (Tribunal do Júri).



Lei n. 6.833/2006 (Prof. Ismael Noronha)

Dica 7 Não se sujeitam à Lei n. 6.833/2006:

- os policiais militares ocupantes de cargos ou funções públicas de natureza não policial-militar definidos em lei, desde que na prática de atos específicos relacionados a esses cargos ou funções que não afetem a honra pessoal, o pundonor policial militar e o decoro da classe;
- os policiais militares ocupantes de cargos públicos de natureza eletiva definidos em lei;
- os membros dos conselhos de justiça, desde que na prática de atos específicos relacionados à função.



Lei n. 5.251/85 (Prof. Mauro Chaves)

Dica 8 A hierarquia e a disciplina são a base institucional da Polícia Militar, crescendo a autoridade e responsabilidade com a elevação do grau hierárquico.

• Disciplina é a rigorosa observância e acatamento integral da legislação que fundamenta o organismo Policial--Militar e coordena seu funcionamento regular e harmônico, traduzindo-se pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos e de cada um dos componentes desse organismo.



Atualidades (Prof. Julio César)

Dica 9 Belo Monte é considerada uma das maiores obras da engenharia do mundo. Construída no curso do rio Xingu, vem gerando muita polêmica. De um lado, estão os ambientalistas, os grupos indígenas e alguns ativistas que veem, nessa grandiosa obra, um potencial impacto socioambiental, destruindo a flora e fauna local, além de um etnocídio; do outro, o governo e os progressistas que defendem a sua construção em prol do aumento da produção de energia no país e o fim dos temores de uma eventual crise energética, fruto do fim do contrato entre Brasil e Paraguai.



Língua Portuguesa (Prof. Elias Santana)

Dica 10 Na prova de língua portuguesa, primeiramente, leia as questões e, em seguida, vá ao texto! Alguns assuntos são bem quistos pela sua banca, como pontuação, concordância e regência (verbal ou nominal). O edital faz menção ao sistema ortográfico, e é necessário lembrar-se de que, desde 1º de janeiro de 2016, o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa está em vigor; portanto, qualquer questionamento acerca desse assunto deve ser apreciado à luz dessa novidade! A FADESP trabalha em provas com textos formais e informais, e isso merece a sua atenção! Ademais, faça uma excelente prova!

BOA PROVA E GRAN SUCESSO!



www.grancursosonline.com.br